Texto para Discussão

2285

Brasília, abril de 2017

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

UMA LEITURA DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E UMA PROPOSTA PARA SEU MONITORAMENTO

Ana Codes
Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) no Ipea.

Herton Ellery Araújo
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Camillo Bassi
Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc do Ipea.

Ana Meira
Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

Após um relato das *nuances* que acompanharam a educação no Brasil, o texto apresenta uma leitura do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, assim como uma proposta a seu monitoramento. De acordo com essa leitura, para uma maior inteligibilidade, as metas foram ordenadas em quatro categorias: *i*) as associadas ao acesso ao ensino regular; *ii*) ao desempenho dos alunos; *iii*) à qualidade da escola; e *iv*) à inclusão e diversidade, posicionando a questão do financiamento, como uma espécie de grande dirigível, força motriz, à execução das demais.

Quanto ao monitoramento, condicionaram-se os resultados – municípios como unidade analítica –, à confluência entre fatores extrínsecos e intríseco ao ambiente escolar.

Com essa leitura, o PNE se apresenta como uma *carta de intenções* para a educação brasileira, a ser atingida a partir do contexto delineado em cada situação, a partir de seus fatores intrínsecos e extrínsecos apresentados em cada localidade.

De acordo com nossa perspectiva, ainda que os fatores extrínsecos sejam relevantes, eles não são determinantes. Os intrínsecos, que estão sob a governança das políticas educacionais, exercem grande influência nos resultados almejados pelo PNE, como se pôde ver no alentador exemplo do Ceará. Elas se colocam, portanto, como a seiva que vai nutrir essa semente lançada pelo plano.

Essa leitura do PNE, que esquematiza seus pontos principais, oportuniza a apreensão de seu conteúdo de maneira global, ajudando tanto gestores públicos quanto setores da sociedade civil a acompanhá-lo e monitorá-lo, convertendo-o em um instrumento de maior participação social.

SUMÁRIO EXECUTIVO